Curso de pós-graduação em Administração Pública e Desenvolvimento Regional na Perspectiva das Comunidades Europeias pela Universidade de Évora no ano de 1992.

Na estrutura orgânica da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (ex-CCRA) esteve, desde o início, integrado na Divisão de Finanças Locais e Cooperação Técnica (ex-DFL), pertencendo à Direcção Regional da Administração Local (ex-DRAA).

Entrou ao serviço da ex-Comissão de Coordenação da Região Alentejo como tarefeiro em 5 de Junho de 1979.

Passou para o quadro da Comissão de Coordenação da Região Alentejo como técnico superior de 2.ª classe a 1 de Julho de 1982.

Actualmente é assessor principal do quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, integrado em 23 de Setembro de 2002, com efeitos reportados a 21 de Maio de 1999.

Foi nomeado chefe de divisão em 21 de Maio de 1996, tendo como responsabilidade a coordenação da Divisão de Finanças Locais. Manteve esta responsabilidade na Divisão agora titulada como Finanças Locais e Cooperação Técnica até 1 de Maio de 2007.

É possível destacar, como experiência profissional (quer na vertente técnica quer na vertente de coordenação), as seguintes actividades:

Prestação de apoio técnico às autarquias locais nas matérias de contabilidade e gestão financeira e elaboração de pareceres nesta área;

Apoio, no âmbito financeiro autárquico, aos secretariados técnicos dos 1.º e 2.º QCA;

Recolha e análise de informação contabilístico-financeira autárquica e elaboração dos respectivos documentos técnicos analíticos de situação;

Análise processual, apreciação e acompanhamento de candidaturas e projectos aprovados respeitantes a vários programas de financiamento;

Participação na implementação do novo sistema contabilístico para as autarquias locais (POCAL), actual membro do SATAPOCAL (grupo de trabalho para a uniformização da interpretação e apoio técnico da aplicação do POCAL);

Acompanhar os procedimentos referentes a disposições estabelecidas na legislação financeira autárquica (ex.: limite das despesas com o pessoal);

Realizações de acções de informação e divulgação de matérias contabilístico-financeiras e outras junto dos vários actores institucionais.

Como experiência profissional, refira-se também a elaboração como autor ou co-autor de várias publicações, entre outras, de *Caracterização Financeira Autárquica, Crédito Concedido às Autarquias Locais, Plano do Sistema de Informação da Comissão de Coordenação do Alentejo — Modelação, Análise de Impactos das Revisões da Lei de Finanças Locais* e *Manual de Apoio Técnico à Aplicação do POCAL.*

Como formação profissional salientam-se, entre outras, diversas acções de formação nas matérias de informática, assuntos europeus, fundos comunitários, Administração Pública em Espanha, revisão de preços, regime jurídico de empreitadas e despesa pública, produtividade nos serviços públicos e respectiva avaliação do desempenho, contabilidade para as autarquias locais e gestão por objectivos.

Despacho n.º 14 494/2007

Com a publicação da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado em 15 o número de unidades orgânicas flexíveis da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sendo que, por meu despacho de 31 de Maio de 2007, com efeitos reportados a 1 de Maio de 2007, foram criadas as referidas unidades orgânicas e definidas as respectivas competências.

Atendendo à necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços, urge nomear os titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau, em regime de substituição.

Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino:

1 — A nomeação, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Apoio Jurídico do licenciado António de Jesus Carrilho Velez.

2 — O nomeado, nos termos do número anterior, reúne os requisitos legais previstos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

3 — Os dirigente acima identificado no presente despacho fica autorizado a optar pelo vencimento base da categoria de origem, nos termos do n.º 3 do artigo 31.º do mencionado diploma legal.

4 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

11 de Junho de 2007. — A Presidente, *Maria Leal Monteiro.*

Nota curricular

António de Jesus Carrilho Velez, casado, natural da freguesia de São Lourenço, concelho e distrito de Portalegre, nascido a 22 de Janeiro de 1960.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, concluída em 29 de Julho de 1985;

Curso de pós-graduação em Administração Pública e Desenvolvimento Regional na Perspectiva das Comunidades Europeias pela Universidade de Évora, concluído em 1995.

Outra formação relevante:

Formador com certificado de aptidão profissional, emitido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, no âmbito do Sistema Nacional de Certificação Profissional, válido até 19 de Julho de 2011;

Programa Avançado em Parcerias Público-Privadas, pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, 2006;

Curso de gestão por objectivos, pelo Instituto Nacional de Administração, 2006.

Funções profissionais exercidas:

Na Tesouraria da Fazenda Pública de Monforte:

Tesoureiro-ajudante estagiário de 30 de Abril de 1985 a 28 de Junho de 1987;

Tesoureiro-ajudante de 2.ª classe de 29 de Junho de 1987 a 13 de Outubro de 1988;

Tesoureiro-ajudante de 1.ª classe de 14 de Outubro de 1988 a 11 de Maio de 1989;

Tesoureiro da Fazenda Pública de 3.ª classe, interino, exercendo funções de tesoureiro subgerente, de 4 de Abril a 11 de Maio de 1989;

Exercício de funções, em acumulação, no âmbito da Tesouraria Municipal de Monforte desde 30 de Abril de 1985 a 11 de Maio de 1989.

Na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo — Évora:

Consultor jurídico de 2.ª classe de 12 de Maio de 1989 a 11 de Abril de 1994;

Consultor jurídico de 1.ª classe em 12 de Abril de 1994;

Consultor jurídico principal em 3 de Março de 2000;

Consultor jurídico assessor principal desde 14 de Agosto de 2001 (artigo 32.º, n.ºs 6 e 8, da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho);

Nomeado, em comissão de serviço, chefe de divisão de Assuntos Jurídicos, por despacho do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território de 1 de Dezembro de 1993;

Renovada a comissão de serviço como chefe de divisão por despacho de 26 de Agosto de 1996 do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 1996;

Nomeado, em regime de substituição, como chefe de divisão, por despacho de 10 de Dezembro de 1999, da Ministra do Planeamento, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 1999;

Nomeado, em comissão de serviço, precedendo concurso, chefe de divisão, por despacho da Ministra do Planeamento de 20 de Março de 2000, com efeitos a 20 de Março de 2000;

Exercício de funções como chefe de divisão de Apoio Jurídico, em regime de gestão corrente, ao abrigo do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, desde 24 de Maio de 2003 a 30 de Abril de 2007.

Membro da equipa de missão para elaboração do Código de Administração Autárquica, constituída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2000, de 10 de Agosto, entre Setembro de 2000 e Dezembro de 2001.

Despacho n.º 14 495/2007

Com a publicação da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado em 15 o número de unidades orgânicas flexíveis da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sendo que, por meu despacho de 31 de Maio de 2007, com efeitos reportados a 1 de Maio de 2007, foram criadas as referidas unidades orgânicas e definidas as respectivas competências.

Atendendo à necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços, urge nomear os titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau, em regime de substituição.

Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino:

1 — A nomeação, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Licenciamento e Monitorização Ambiental do licenciado Joaquim Manuel Casmarrinha Pisco.